

Referências das Rotinas Administrativas da ESAJ

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-ESAJ-001 - Documento Estratégico da ESAJ

Com vigência a partir de 07/06/2022

RAD sem referências

RAD-ESAJ-002 - Gerir a Escola de Administração Judiciária

Com vigência a partir de 03/06/2022

RAD sem referências

RAD-ESAJ-003 - Prestar Apoio Técnico e Administrativo à ESAJ

Com vigência a partir de 07/06/2022

RAD sem referências

RAD-ESAJ-004 - Atualizar Quadro de Instrutores

Com vigência a partir de 03/06/2022

Resolução CCESAJ nº 01/2017 - Dispõe sobre a atuação dos instrutores e as ações de capacitação desenvolvidas e realizadas pela Escola de Administração Judiciária e dá outras providências;

Resolução CM nº 04/2000 - Aprova o Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional apresentado pelo Conselho Consultivo da ESAJ, e dá outras providências;

Resolução CCESAJ nº 01/2015 - Fixa a tabela de valores de gratificação por encargos de curso, regulamenta a gratificação por atividade de desenvolvimento e atualização de conteúdos de cursos de capacitação e institui a gratificação por correção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de pós graduação ministrado na Escola de Administração Judiciária (ESAJ);

Resolução CM nº 04/2018 – Cria o Banco de Servidores-instrutores da Escola de Administração Judiciária (ESAJ) e dispõe sobre o seu funcionamento.

RAD-ESAJ-005 - Desenvolver e Atualizar Ações de Capacitação

Com vigência a partir de 07/06/2022

Lei nº 9394/96 de 20/12/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Resolução CM nº 02/2020 - Dispõe sobre a educação continuada para os fins de desenvolvimento dos servidores nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução CM nº 01/2020 - Dispõe sobre o desenvolvimento dos servidores nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução CM nº 04/2000 - Aprova o Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional apresentado pelo Conselho Consultivo da ESAJ, e dá outras providências;

Resolução do CCESAJ nº 01/2015 – Fixa a tabela de valores de gratificação por encargos de curso, regulamenta a gratificação por atividades de desenvolvimento e atualização de conteúdos de cursos de capacitação e institui a gratificação por correção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de pós-graduação ministrado na Escola de Administração Judiciária (ESAJ);

Resolução do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior - CNE/CES nº 01 de 06/04/2018- Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;

Parecer do CEE – Conselho Estadual de Educação nº 004/2021 – Recredencia a Escola de Administração Judiciária - ESAJ ente de direito público estadual vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para a oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em sua sede, localizada na Rua Dom Manuel nº 29, 4º e 5º andar, Centro, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

RAD-ESAJ-007 - Cadastrar e Divulgar Ações de Capacitação

Com vigência a partir de 07/06/2022

RAD sem referências

RAD-ESAJ-008 - Implementar Ações de Capacitação

Com vigência a partir de 07/06/2022

Resolução CCESAJ nº 01/2017 - Dispõe sobre a atuação dos instrutores e as ações de capacitação desenvolvidas e realizadas pela Escola de Administração Judiciária e dá outras providências.

RAD-ESAJ-009 - Medir e Avaliar o SGQ/ESAJ

Com vigência a partir de 07/06/2022

RAD sem referências

RAD-ESAJ-011 - Implementar Ações de Capacitação nos Núcleos Regionais

Com vigência a partir de 07/06/2022

RAD sem referências

RAD-ESAJ-012 - Implementar Ações de Ensino a Distância

Com vigência a partir de 30/09/2022

RAD sem referências

RAD-ESAJ-013 - Conceder Horas pela Educação Continuada

Com vigência a partir de 30/11/2022

Resolução nº 02/2020, do Co¹nselho da Magistratura - Dispõe sobre os critérios para o Desenvolvimento de Pessoas nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, mediante ações de capacitação.

RAD-ESAJ-014 - Implementar Cursos Especiais

Com vigência a partir de 07/06/2022

Lei nº 9394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Resolução do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação-Câmara de Educação Superior - CNE/CES nº 01 de 08/06/2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;

Decreto nº 44.382/2013 – Dispõe sobre a integração da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao Sistema Estadual de Ensino;

Parecer do CEE – Conselho Estadual de Educação nº 30/2014 – Credencia a Escola de Administração Judiciária - ESAJ e autoriza o funcionamento de Cursos de Especialização em nível de pós-graduação lato sensu;

Ato Normativo nº 02/2014 – Regimento dos Cursos de Especialização Lato Sensu da Escola de Administração Judiciária - ESAJ.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.us.br

25/11/2022